



DILEMAS DA INDÚSTRIA NA PARAÍBA: LEITURAS DAS PERCEPÇÕES DO SETOR EMPRESARIAL

**Andreza Dantas Albuquerque¹
Cidoval Morais Sousa²**

Resumo

O presente trabalho expõe os resultados de uma investigação sobre os dilemas e desafios da indústria no Estado da Paraíba, tomando como objeto empírico a percepção do empresariado local. O objetivo é investigar a percepção de tais atores sobre os principais desafios do processo de industrialização na Paraíba. Metodologicamente, a pesquisa tem caráter qualitativo, com amostragem não probabilística, na qual os participantes ouvidos foram escolhidos intencionalmente entre grupos de empresários dos municípios de João Pessoa, Campina Grande, Patos, Itaporanga, Sousa e Cajazeiras. Além dos 14 empresários entrevistados, ouvimos também a Federação das Indústrias da Paraíba, através do seu presidente, com a intenção de compreender qual o significado e o papel que tais atores atribuem à industrialização no processo de desenvolvimento do estado, e que fatores (internos e externos aos empresários) favorecem e/ou limitam o desenvolvimento da indústria paraibana. Entre os entraves mencionados pelos entrevistados foi possível categorizar, devido à maior incidência de registro, a ausência de uma política de industrialização como sendo um dos maiores desafios para o desenvolvimento industrial do Estado. Associado a isso foi possível

Recebimento: 27/6/2015 • Aceite: 21/12/2015

¹ Doutoranda em Ciência, Tecnologia e Sociedade, no Programa de Pós-Graduação em Ciência, Tecnologia e Sociedade da Universidade Federal de São Carlos (PPGCTS/UFSCAR), São Carlos, SP, Brasil. E-mail: andreza.cgjp@gmail.com

² Doutor em Geociências pela Universidade Estadual de Campinas, Professor da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), Campina Grande, PB, Brasil. E-mail: cidoval@gmail.com

mensurar: 1) restrita oferta de serviços voltados à indústria; 2) infraestrutura deficiente; 3) falta de água e os impactos econômicos do período da seca; 4) recursos humanos com qualificação educacional limitada ou insuficiente; 5) questões tributárias e trabalhistas.

Palavras-chave: Indústria; Problemas; Crescimento; Desenvolvimento Econômico.

DILEMMAS OF INDUSTRY IN PARAÍBA: READINGS OF THE PERCEPTIONS OF THE BUSINESS SECTOR

Abstract

This paper presents the results of an investigation into the industry dilemmas and challenges in Paraíba, taking as empirical object the perception of the local business community. The aim is to investigate the perception of such actors on the main challenges of the industrialization process in Paraíba. Methodologically, the research is qualitative, with non-probability sampling, in which the ears participants were chosen intentionally from groups of businessmen from Joao Pessoa municipalities, Campina Grande, Patos, Itaporanga, Sousa and Cajazeiras. In addition to the 14 entrepreneurs interviewed also heard the Federation of Industries of Paraíba, through its president, with the intention of understanding the meaning and the role that these actors attribute to industrialization in the state of the development process, and what factors (internal and external entrepreneurs) favor and / or limit the development of Paraíba industry. Among the obstacles mentioned by respondents it was possible to categorize, due to higher incidence of record, the absence of an industrialization policy as a major challenge for the industrial development of the state. Associated with this was possible to measure: 1) tight supply of services for the industry; 2) poor infrastructure; 3) Lack of water and the economic impacts of the dry season; 4) Human resources with limited or insufficient educational qualifications; 5) tax and labor issues.

Keywords: Industry; Problems; Growth; Economic Development.

Introdução

Estudos recentes sobre a economia paraibana destacam os fatores que estariam contribuindo para o panorama econômico do Estado, seriam eles: pequena integração com a economia brasileira, elevada concentração de riquezas e renda, visto que 53% do PIB estadual concentram-se em apenas uma mesorregião, a Zona da Mata, área de influência da capital, João Pessoa e sua região metropolitana, e a baixa participação do setor moderno e de alta tecnologia na dinâmica da cadeia produtiva da indústria.

Considerando o setor industrial como o de maior potencialidade econômica de curto e médio prazo para conduzir a Paraíba a um novo cenário socioeconômico, o artigo que aqui se apresenta insere-se no contexto dos estudos mais recentes sobre a industrialização no Nordeste, apresentando duas particularidades: (1) tem como objeto a percepção da realidade do setor pelo olhar de três atores importantes: o Estado, a Federação das Indústrias da Paraíba (FIEP) e os próprios empresários; (2) e no processamento das análises, o confronto dessa percepção com a realidade pontificada pela literatura acadêmica, produzida nos últimos anos.

Reconhecidos tais contornos, conduzimos a pesquisa com o objetivo de identificar e analisar a percepção que empresários tem do setor industrial na Paraíba, com ênfase em três questões fundamentais: que fatores internos e externos aos empresários favorecem e/ou limitam o desenvolvimento da indústria no Estado? É possível identificar nos discursos dos atores ao menos indícios de uma política industrial? Quais seriam suas características?

Do ponto de vista metodológico, o trabalho tem enfoque qualitativo e utiliza amostra não probabilística intencional. Nesse tipo de amostragem, o pesquisador usa o seu julgamento para selecionar entre os membros da população estudada, quais seriam as fontes de informação capazes de trazer resultados razoáveis.

Sendo assim, a pesquisa foi construída em dois momentos: primeiramente, buscou-se identificar a localização espacial da indústria da Paraíba. Tal levantamento foi possível a partir do censo industrial realizado pela FIEP e que nos auxiliou na delimitação espacial dos atores que seriam ouvidos como fonte para nossa discussão. A partir de então, selecionamos a cidade de João Pessoa, como representante do aglomerado da Mata Paraibana, Campina Grande, no Agreste, e os municípios de Patos, Itaporanga, Sousa e Cajazeiras, como representantes do Sertão.

Ao todo, 14 empresários e o presidente da Federação das Indústrias da Paraíba, foram entrevistados com o intuito de compreender como esses atores percebem os desafios do setor industrial que vem limitando essa área de apresentar resultados mais expressivos.

Nesse contexto, este artigo apresenta os resultados obtidos divididos em quatro partes: (1) o perfil das empresas; (2) percepção da FIEP, como entidade representativa do setor industrial; (3) percepção das empresas; (4) e por fim, um balanço crítico das percepções dos entrevistados, discorrendo sobre os pontos comuns e divergentes nas relações dos empresários com a percepção da FIEP sobre o cenário industrial paraibano; e em um segundo momento, confronta-se esse conjunto de percepções com o que diz a literatura sobre os fatores limitantes ao desenvolvimento industrial do estado.

Perfil Industrial da Paraíba: evolução e desafios retratados nos indicadores recentes

A Paraíba conta com uma população estimada pelo Censo 2010 do IBGE em 3.769.977 habitantes e extensão de 56.584,6 km² de área territorial distribuído entre seus 223 municípios. Geograficamente, o território paraibano é distinguido por suas quatro Mesorregiões, a Mata Paraibana, o Agreste, Borborema e Sertão. As cidades mais populosas do estado estão na região metropolitana da capital, João Pessoa, Campina Grande, localizada no Agreste e as cidades de Patos e Souza, no Sertão.

Espacialmente, essa divisão geográfica direcionou a partir da década de 1960, durante a política da Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), a instalação de distritos industriais nas principais cidades do estado que desde então abrigam empreendimentos de diferentes segmentos da indústria extrativa, de transformação e construção civil. Atualmente, a Paraíba conta com distritos industriais nos municípios de João Pessoa, Santa Rita, Alhandra, Rio Tinto, Campina Grande, Queimadas, Taperoá, Patos, Sousa e Cajazeiras.

Com base nessa distribuição espacial, podemos então destacar a existência de três aglomerados industriais no território paraibano. Os aglomerados são responsáveis por abrigarem 3.212 das 3.366 indústrias cadastradas pela Federação das Indústrias da Paraíba (FIEP) em 2011.

O primeiro é representado pela mesorregião da Mata, formada pelos municípios de Santa Rita, Bayeux e Cabedelo, Rio Tinto, Conde e

Alhandra. Nesse aglomerado encontra-se o segundo maior número de indústrias, 1.229 unidades. O segundo aglomerado industrial está localizado na mesorregião do Agreste com destaque para as cidades de Campina Grande, Queimadas e Guarabira. Campina Grande contempla 907 estabelecimentos industriais. Por fim, o aglomerado localizado na mesorregião do Sertão com a incidência de indústrias nas cidades de Patos, Cajazeiras, Catolé do Rocha, São Bento, Itaporanga e Souza. O aglomerado sertanejo é composto por 638 indústrias.

Apesar da ocorrência de 154 estabelecimentos industriais, a mesorregião da Borborema não chega a se caracterizar como aglomeração, devido ao distanciamento da distribuição espacial destas indústrias. A maior concentração industrial está localizada em Monteiro, que comporta 27 estabelecimentos, em sua maioria, do ramo alimentício, já o outro extremo do território se especializou na extração de minerais não metálicos como o Caulim, a Argila e o Quartzo. Nesse ramo são 32 unidades de extração e 25 de fabricação de produtos minerais não metálicos.

Mesmo com uma representativa indústria no Sertão, como demonstra a distribuição espacial do setor, são as Mesorregiões do Litoral e Agreste que apresentam o maior número de estabelecimentos industriais, e como consequência correspondem às maiores economias do estado com 80% do PIB estadual, aproximadamente 70% da população, distribuída em 96 dos 223 municípios paraibanos (FIEP, 2013).

Especula-se que os fatores para essa concentração industrial, populacional e econômica estaria em uma maior oferta de matéria-prima, como também da facilidade de transações comerciais, de serviços e infraestrutura para a indústria, associado à aparente falta de interligação entre o aglomerado do Sertão e o litoral. Em contrapartida, “vazios demográficos” e econômicos vão ganhando espaço no interior do estado (CAVALCANTI, et al., 2011).

Retornando ao Censo industrial da FIEP, a indústria da Paraíba em seu maior número é composta por indústrias de fabricação de produtos alimentícios e bebidas (1.143), confecções e vestuário (250), produção de couro, artefatos e calçados (157), fabricação de móveis (129), produtos de metal (124), produtos têxteis (116), produtos químicos (102) e artigos de borracha e plástico (100).

Em consenso com o perfil apresentado, a indústria paraibana caracteriza-se como uma indústria tradicional, especializada em Arranjos Produtivos de baixo conteúdo tecnológico e com suas bases na produção de bens de consumo não duráveis, com destaque para o segmento coureiro-calçadista, têxtil e confecções, como define

Cavalcanti Filho et al. (2011). Apenas duas empresas do binômio têxtil-calçadista são responsáveis por aproximadamente 70% das exportações do estado em 2010. Dados que, apesar de alertar para a concentração industrial entre a região metropolitana de João Pessoa e a cidade de Campina Grande, ressalta a importância destes segmentos para a economia paraibana.

Indicadores Socioeconômicos

Com a trajetória apresentada, percebe-se que o perfil industrial da Paraíba foi construído ao longo de sua trajetória agroexportadora especializada na produção do binômio têxtil-calçadista. Perfil este que no período recente condicionou a economia industrial paraibana a apresentar resultados positivos. O segmento aumentou nos últimos anos sua participação no acumulado da economia, se apresentando como sendo o de maior potencial de crescimento na composição total do PIB estadual, com taxa de crescimento que saltou de 0,1% em 2005 para 20,2% em 2010, enquanto que o setor agropecuário apresentou crescimento negativo em 2010, com índice de -14%, conforme os dados do IBGE (2012).

Nesse contexto, mesmo com uma taxa de crescimento industrial acima dos 20% a economia paraibana apenas conseguiu se manter em sexto lugar entre as economias nordestinas. Na análise da composição do PIB, nesse período é possível perceber as oscilações frequentes do setor, que apesar do crescimento recente ainda está abaixo do que representava o acumulado de 2002.

No ano em questão, o setor industrial da Paraíba representava 23,1%, mantendo-se em 2003. De 2004 a 2008 o percentual regrediu, chegando a 21,1% em 2008, voltando a crescer em 2010 para 22,1%, que se manteve em 2012. Sendo assim, em termos percentuais a indústria paraibana nas primeiras décadas do século XX cresceu sem sair do lugar, já que seu crescimento foi impulsionado muito mais pelo setor de serviços industriais públicos (distribuição de energia, água e gás, entre outros) do que através da indústria de transformação que perdeu participação no intervalo de 10 anos. Como mostra a tabela, em 2002 a indústria de transformação representava 10,1% do PIB paraibano, e em 2012 regrediu para 8,6%. Já o setor de serviços públicos passou de 6,7, em 2002, para 7,7, em 2012.

Instabilidade essa que refletiu negativamente no acumulado geral da economia, fazendo com que a Paraíba amargasse a perda de duas posições no ranking das economias regionais, o estado insere-se nos anos 2000 como quarta maior economia nordestina e chega a 2012

tentando se manter entre os seis maiores no PIB per capita (obtido com a divisão da soma de riquezas do estado pelo total da população).

O título de sexta maior economia da região Nordeste dá uma dimensão superior ao que realmente representa um PIB per capita de R\$ 10.152 reais. Com esse valor, a Paraíba representa 45% do PIB nacional, considerada baixa, por não equivaler a metade do índice nacional (R\$ 22.646).

Nesse contexto, a Paraíba se enquadra melhor com o título de quarta menor economia do Nordeste, já que em 2013 assegurou também o status de quinto menor Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do país. A média de 0, 658 coloca o estado na 23ª posição no ranking geral de 2013.

Esse cenário socioeconômico foi investigado por Polari (2010) que sinaliza como fatores da involução relativa da economia paraibana, durante a primeira década deste século, a situação da indústria paraibana e as sequentes variações negativas da economia agrícola. Ainda segundo o autor, a Paraíba estaria passando por um processo de “regressão socioeconômica” e expõe que os principais fatores para esse baixo dinamismo estariam na pequena integração com a economia brasileira, elevada concentração de riquezas e renda, e a baixa participação do setor moderno e de alta tecnologia na dinâmica da cadeia produtiva da indústria, além dos baixos indicadores sociais refletidos no IDH e na baixa renda per capita (POLARI, 2010).

Já para Cavalcanti et al. (2011), o cenário socioeconômico descrito conduz a economia paraibana a um crônico processo de relativa estagnação que vem se prolongando há meio século. O autor elenca que o maior desafio da sociedade paraibana para superar esse prolongado e histórico processo de estagnação econômica e social está no alcance simultâneo de duas metas: crescer a renda per capita acima da média nacional e erradicar a pobreza e o analfabetismo. Para isso é necessário superar os “gargalos internos” da economia estadual, que seriam:

- 1) Precária qualidade na formação educacional;
- 2) inadequado perfil da qualificação profissional;
- 3) inadequado perfil da pesquisa científico-tecnológica;
- 4) insuficiente grau de integração do sistema de inovação local;
- 5) precariedade e inadequação do perfil da infraestrutura física;
- 6) reduzida capacidade fiscal e financeira dos

governos estadual e municipais; 7) reduzida eficiência/eficácia/efetividade da gestão pública; 8) envelhecimento da infraestrutura institucional; 9) adversas condições políticas; 10) adversas condições naturais. (CAVALCANTI et al., 2011, p. 196).

Os obstáculos descritos vêm reforçar o cenário socioeconômico apresentado no decorrer do texto, mas entre os pontos apresentados se sobressai o alerta para a incapacidade de autofinanciamento dos governos estadual e municipal, pois em regiões deprimidas economicamente a intervenção do Governo torna-se indispensável na busca de estratégias que ofereçam “vantagens compensativas”, atrativas à iniciativa privada. No entanto, atualmente os atrativos limitam-se à isenção do Imposto sobre Circulação de Mercadorias (ICMS), como forma de atrair empreendimentos produtivos para o estado.

Desafios para o crescimento: a visão de diversos atores sobre os principais entraves da indústria paraibana

Perfil das empresas

O grupo composto por 14 empreendimentos, representados no quadro 1, juntos empregam 2.021 funcionários. Seis, das 14 indústrias fazem parte de programas de incentivos e dez utilizam matéria-prima local. Entre os maiores custos para o funcionamento da produção foram citadas as despesas com mão de obra e encargos sociais, energia, logística, tributos e impostos. As entrevistas foram realizadas no período de setembro a dezembro de 2013, nos municípios de Cajazeiras, Sousa, Itaporanga, Patos, Campina Grande e João Pessoa. Municípios estes que foram selecionados por comporem os três aglomerados industriais de maior dinamismo no estado.

Quadro 1: Perfil das indústrias pesquisadas

Identificação	Natureza do empreendimento	Empregos gerados	Incentivos	Principais despesas
Empresa 1 - Grupo Elizabeth	Cerâmica, mineração e cimento	1.120	FAIN estadual e municipal	Gás natural
Empresa 2 - SOS Oxigênio	Gases do ar e misturas	24	Não possui incentivos	Carga tributária
Empresa 3 - Bebezinho	Calçadista	10	FAIN estadual	Matéria prima e energia
Empresa 4 - DONNA	Calçadista	21	FAIN estadual	Matéria prima
Empresa 5 - Moinho Patoense	Alimentícia	160	FAIN estadual	Encargos sociais
Empresa 6 - Quasar	Produtos de limpeza	52	FAIN estadual	Impostos
Empresa 7 - MC Flanelas	Têxtil	101	Não possui incentivos	Mão de obra
Empresa 8 - DANTEX	Têxtil	90	Não possui incentivos	Mão de obra
Empresa 9 - ITATEX	Têxtil	250	Não possui incentivos	Matéria prima
Empresa 10 - ITUANO	Produtos de limpeza	11	Não possui incentivos	Matéria prima
Empresa 11 - FRANCOCO	Alimentícia	12	FAIN estadual	Mão de obra
Empresa 12 - RIO VERDE	Alimentícia	50	Não possui incentivos	Transporte
Empresa 13 - Laticínio LUTTY	Alimentícia	10	FAIN estadual	Matéria prima
Empresa 14 - SANTEX	Têxtil	110	FAIN estadual e SUDENE	Energia elétrica

Fonte: Pesquisa direta, 2013.

A indústria paraibana na concepção da Federação das Indústrias da Paraíba (FIEP)

Entre as vozes representativas no segmento institucional foi ouvida a do presidente da Federação das Indústrias da Paraíba, Francisco Benevides Gadelha. A conversa descrita a seguir será apresentada em duas categorias: uma primeira nomeada de “Panorama Industrial” e uma segunda intitulada de “Política de Industrialização”.

Panorama Industrial

A Federação das Indústrias da Paraíba (FIEP) destaca que a trajetória industrial da Paraíba, assim como as demais cidades nordestinas, começou pela cana de açúcar, depois da cana tiveram mais dois ciclos: do couro e o ciclo do algodão. E hoje a Paraíba estaria com “um novo mosaico industrial”, um novo ciclo composto por uma indústria mais diversificada do que a indústria com base no trinômio açúcar-algodão-couro. Tal diversificação não diminui, na compreensão da FIEP, o papel do setor tradicional, devido ao fato de reconhecer que o “setor caçaldista, tirando a construção civil, é o mais importante da economia paraibana”. Complementando o pensamento institucional sobre o panorama industrial a FIEP assegura:

Há também um grande crescimento, uma grande expectativa para o setor mineral, porque nós temos um polo

cimenteiro expressivo no litoral da Paraíba principalmente nas cidades do Conde, Alhandra, Pitimbu e Caaporã. Há várias indústrias de alimentos importantes no nosso Estado. Isso demonstra que estamos vivenciando um novo ciclo de industrialização e de uma forma generalizada. (FIEP, 2013).

Sobre a pluralidade industrial descrita, o entrevistado ressalva que a distribuição espacial do mosaico industrial paraibano não se restringe apenas às regiões da Zona da Mata e Agreste, destacando a representatividade de alguns setores localizados no Sertão do estado, a exemplo do polo têxtil de Itaporanga e São Bento, e do polo de confecções em Catolé do Rocha.

Em Itaporanga são mais de 20 empresas têxtil produzindo produtos simples como flanelas, panos de prato, mas que empregam muita gente, gera muita renda. Temos também o polo de rede de São Bento, já em Catolé do Rocha nós temos um polo de alumínio, um de lingerie, um de bonés, um de redes. Em Sousa nós temos indústrias químicas, indústria de sabão. Patos também tem um polo calçadista expressivo, Guarabira tem um polo de confecções muito grande. Há realmente uma grande diversidade dentro desse mosaico industrial do nosso Estado. (FIEP, 2013).

O Mosaico industrial descrito pela FIEP é subsidiado pelo seu censo industrial realizado em 2011 e que nos auxiliou na caracterização do perfil industrial da Paraíba. Observando os anúncios de novos empreendimentos industriais que estão em processo de instalação no estado, assegurados através da concessão de incentivos fiscais do FAIN, percebe-se que a Paraíba está, involuntariamente ou não, sendo conduzida a uma nova segregação espacial da indústria, onde cada mesorregião corresponde a um cenário neste “mosaico industrial”. Em suma, a descrição permite

caracterizar o perfil industrial paraibano da seguinte forma: o Sertão com as indústrias tradicionais de calçados, têxtil e confecções; a Borborema continua como fornecedora de minerais para a indústria; já o Agreste e a Mata Paraibana compõem, na atualidade, os novos cenários de investimentos industriais do estado e atualmente vislumbram a instalação de indústrias de perfil tecnológico avançado, como as indústrias para fabricação de aviões e ônibus.

O cenário otimista apresentado possibilitou os seguintes questionamentos: diante desse mosaico considerado expressivo, por que o setor industrial da Paraíba não apresenta indicadores mais expressivos na economia do Estado? Para a FIEP as causas para a não “decolagem” da indústria local está no mito de que não valeria a pena investir em uma região que não possui mercado interno.

Bom, durante muito tempo se criou um mito de que aqui não tinha consumo. Isso é uma grande inverdade. Nós temos consumo, muitas empresas estão vindo do sul buscar o consumo aqui. E é exatamente em cima disso que temos que pensar o futuro da industrialização do Estado, acabar com a história de que a Paraíba não tem consumo. (FIEP, 2013).

Quebrado o mito de que a Paraíba não teria consumo suficiente para desenvolver-se industrialmente, os entraves para a expansão do setor industrial no estado estariam ligados a questões nacionais que envolvem o trinômio sistema tributário, legislação trabalhista e regulação ambiental. Na visão da FIEP, esses seriam desafios não só para a Paraíba, mas para o crescimento industrial do país, pois “nada no mundo é tão complicado quanto no Brasil para se instalar uma empresa”, pontuou o entrevistado, enfatizando que os problemas para o crescimento industrial local não divergem dos “gargalos” nacionais.

Assim nós temos uma dificuldade como em todo o país que é o sistema tributário, ainda é completamente desorganizado e o responsável por tudo isso é o ICMS. (FIEP, 2013).

Quanto à legislação trabalhista, ressalta-se o fato do Brasil ter uma justiça especializada no trabalho, porém fomentadora de conflitos.

Há um receio muito grande de todas as empresas quando se trata de questões relativas ao trabalho, isso precisa ser tratado de forma adequada, que seja permitida a flexibilidade do trabalho, precisa-se de uma negociação ampla entre os sindicatos e as empresas. (FIEP, 2013).

O gestor da FIEP pondera que “É preciso que os sindicatos possam, por exemplo, negociar diretamente com as empresas as jornadas de trabalho”, enfatiza. Ainda sobre os desafios do processo industrial no estado, questionou-se a situação hídrica da Paraíba, e se ela era considerada pela instituição como um entrave para a indústria local.

Na percepção da FIEP, a seca ao longo dos anos influenciou bastante na economia paraibana, principalmente a agroindústria. Recentemente o longo período de estiagem tem trazido prejuízos imensuráveis para a pecuária, mas “apesar dos rebanhos que foram dizimados, a gente já estava vivendo um novo ciclo, um novo mosaico industrial com a indústria bem diversificada”, ressaltou o entrevistado o qual garante que, sendo assim, não há como dizer que a água afeta a indústria negativamente como nas situações passadas.

Política industrial

Desde que a Constituição Federal de 1988 caracterizou o Imposto sobre Circulação de Mercadorias (ICMS) como sendo de controle estadual e que vem sendo utilizado como o caminho mais rápido para a atração de investimentos industriais pelos governantes estaduais. Estratégia que divide a opinião dos atores ouvidos, os quais a princípio criticam a utilização do ICMS como ferramenta, entretanto, reconhecem que é dessa maneira que conseguem atrair investimentos para os estados que estão fora das rotas dos grandes empreendimentos. O termo Guerra Fiscal é utilizado para caracterizar pejorativamente a política de incentivo fiscal, que tem como instrumento o ICMS e que na visão institucional está terminando por ser “autofágica”, por destruir o potencial de criatividade dos Estados quando o assunto é crescimento econômico. Na percepção da FIEP no modelo atual de incentivação

fiscal o planejamento saiu de cena, passando a vigorar nesse cenário os “leilões” propostos pelo mercado. Tal visão é ilustrada pelo pensamento descrito abaixo:

Você oferece terreno, galpão, incentivo fiscal, um pouco mais que o outro, mas numa guerra fiscal quem tem mais munição é que ganha a parada. A gente não consegue uma FIAT para a Paraíba porque não tem condições de doar mais de 700 hectares em uma área valorizada, nós não temos condições de pagar 200 milhões só por um aterro para uma única empresa. De vez em quando tem um estado que se disponibiliza a fazer isso. (FIEP, 2013).

A FIEP destaca que a política com base na concessão de incentivos fiscais não é vantajosa para um estado importador como é o caso da Paraíba, no entanto, reconhece que a política industrial que vigora no estado está fundamentada nessa dinâmica de concessão de incentivos. Em um cenário positivo da Guerra Fiscal, os vencedores ganham não apenas com a atração de um só investimento, mas também com a atração das demais indústrias que compõem a “cadeia produtiva” do empreendimento incentivado. No entendimento da FIEP, um caminho positivo para o crescimento econômico da Paraíba está na valorização da micro e pequena empresa. Para a Federação, o crescimento industrial do estado estaria condicionado a uma política organizada que:

Favoreça a micro e pequena empresa, e não nessa guerra que a gente não sabe pra onde vai. Um dia aparece uma empresa que um dia quer se instalar, no outro foge, é melhor você ter uma programação, programar o seu próprio desenvolvimento em cima das vantagens comparativas que nós temos aqui. (FIEP, 2013).

Entre as vantagens comparativas, a Federação destaca o potencial do estado para a formação profissional, que tem como peça fundamental neste processo o sistema de ensino, o qual é parte integrante do Sistema de Federação das Indústrias, o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), que atua nos setores

industriais por meio da formação de recursos humanos e da prestação de serviços, como assistência técnica e tecnológica, pesquisa aplicada e informação tecnológica. Além do potencial educacional, pontos como mobilidade urbana e qualidade de vida tenderão a contar em favor do estado, é o que frisa o gestor.

Como apresentado no decorrer da exposição, o estado não conta com um plano de industrialização. O que vigora são ações de fomento e atração de empresas com o subsídio do FAIN e facilitação de crédito para o pequeno empreendedor local e cooperativas, por meio do Empreender.

A ótica do empresariado local sobre os entraves que limitam o crescimento industrial na Paraíba

Quais seriam os principais entraves para o desenvolvimento do processo de industrialização da Paraíba, no pensamento dos industriários? Todos os empresários entrevistados foram unânimes no quesito dificuldades de encontrar serviços de manutenção e reparos para equipamentos industriais. Quando precisam de uma manutenção mais detalhada de equipamentos, os industriários recorrem a empresas que estão instaladas nos grandes centros produtores dos seus respectivos segmentos ou a profissionais autônomos, como é o caso da indústria de laticínios LUTTY, que compra equipamentos e adquire assistência técnica na região sudeste, referência no segmento.

Equipamentos, peças e a manutenção vêm tudo de fora. Aqui não tem nada para laticínios, as máquinas para a ampliação da produção foram compradas da Nestlé. Geralmente compro equipamentos em Minas Gerais, São Paulo e Porto Alegre. (LUTTY, 2013).

Situação que se repete com o Grupo cerâmico Elizabeth, que quando necessita de manutenção em máquinas mais específicas do processo produtivo da cerâmica recorre a uma empresa especializada no ramo.

Nós recorremos a outro estado quando precisamos de algum tipo de manutenção específica, é de São Paulo a metalúrgica que faz esse tipo

de manutenção em máquinas de cerâmica. (GRUPO ELIZABETH, 2013)

O empresário da agroindústria Francoco assegura que também sente dificuldades em conseguir serviços de manutenção de máquinas e equipamentos, para o entrevistado a Paraíba é carente no que diz respeito à manutenção. “Se um ralo de coco quebra ou a caldeira, a indústria para até conseguirmos alguém de fora para consertar”, frisou o empresário.

Tal desafio reflete negativamente no cenário da oferta de recursos humanos qualificados e no desempenho dos cursos de qualificação profissional voltados para a indústria, próximo ponto a ser debatido.

Recursos humanos e oferta de cursos de qualificação profissional

Mesmo nos mais diferentes ramos industriais, há dificuldades de se encontrar recursos humanos com qualificação profissional adequada às exigências da indústria. É assim no ramo dos laticínios, como relata o empresário da LUTTY:

Aqui não tem pessoas com capacitação para trabalhar no ramo (laticínios). Hoje não estamos produzindo leite fermentado porque não tem mão de obra especializada que saiba fazer. A capacitação é feita toda fora, envio para Juiz de Fora e Campinas, se o SENAI tivesse um curso técnico em laticínios seria muito interessante. (LUTTY, 2013).

Repete-se também no setor cerâmico, que ressalta: “se quisermos achar mão de obra já formada temos que tirar de outra empresa”, isso por que aqui na Paraíba não existe uma formação dirigida para esse setor, é o que garante o representante do Grupo Elizabeth, ressaltando também que para a indústria de cimento, empreendimento do grupo na Paraíba, o pessoal estratégico para atuar nas áreas chaves de gerência e supervisão de qualidade foram selecionados em São Paulo e Santa Catarina.

Mesmo quando a exigência do conhecimento técnico não é prioridade há dificuldades, é o que assegura o empresário da indústria alimentícia Moinho Patoense: “Eu tenho que fazer os vendedores porque o nível de estudo é muito baixo”, assegura.

O cenário se repete mesmo entre os segmentos: calçadista e têxtil, que compreendem os setores mais antigos em atividade no estado. Para a dirigente da indústria têxtil de Itaporanga, a ITATEX, “a área têxtil é bem específica e precisa que as pessoas tenham capacitação”. Na compreensão da empresária, a dificuldade de adquirir recursos humanos qualificados os acompanha desde o início da atividade, por sua indústria ter sido a pioneira no segmento na região do Vale do Piancó, as pessoas foram formadas no dia a dia da fábrica. Para a empresária, as dificuldades em formar mão de obra qualificada estariam tanto na distância da região em relação aos grandes centros produtivos da indústria têxtil, pois uma capacitação profissional mais específica dependeria de um profissional formado na área que pudesse vir treinar sua equipe, quanto na dificuldade de se conseguir parcerias com o SENAI para a qualificação do profissional têxtil.

Nossa referência em formação profissional é o SENAI, o vemos como a melhor porta de qualificação que a gente poderia ter em nível técnico, eles têm profissionais capacitadíssimos, no entanto, eles têm mais propaganda e pouca ação. (ITATEX, 2013).

A realidade do polo calçadista de Campina Grande não se distancia das demais, no entanto, a empresária entrevistada destaca que o maior desafio está na conscientização do profissional para a importância de se qualificar.

Têm os cursos profissionalizantes no Centro de Tecnologia do Couro e Calçados do SENAI, a gente dá preferência em pegar gente de lá, mas daí você vê, vem uma turma de 12 e só ficam dois. (CALÇADOS BEBEZINHO, 2013).

Para o gestor da indústria de gases do ar, localizada na capital paraibana, os recursos humanos seriam o maior problema da indústria devido à escassez do profissional com formação técnica.

Muitas vezes nós estamos trazendo uma pessoa sem formação nenhuma, formamos aqui dentro da fábrica e isso é moroso, atrapalha o processo produtivo. É um custo para a empresa ter que montar a escolinha, o laboratório para formar o profissional. (SOS OXIGÊNIO, 2013).

Ainda segundo o empresário, sua indústria já foi parceira do SENAI para escolher os melhores alunos, mas, mesmo estes, não tinham a vocação para o trabalho industrial. Parceria esta firmada também pela indústria de calçados Bebezinho, que tentou montar uma turma de estagiários na linha de produção, mas não houve sucesso.

A gente abriu aqui para 12 alunos, gastamos matéria-prima porque eles colocaram tudo a perder, não se aproveitou nada. O povo vem de lá e é só a misericórdia, até o instrutor ficou perdido, pois tinha experiência de 10 anos atrás, quando entrou aqui tudo modernizado ficou desorientado. (BEBEZINHO, 2013).

Para a empresária, os custos de um processo de reciclagem dos profissionais que atuam na área da formação profissional deveriam ser financiados pelo estado. “O ideal seria que o estado financiasse a reciclagem dos instrutores dentro das fábricas”, enfatizou.

Infraestrutura do ambiente industrial do Estado

Quando questionados sobre a infraestrutura do Estado, os industriários são categóricos em apontar que as maiores dificuldades infraestruturais estão nos distritos industriais onde as empresas estão instaladas, para eles não há infraestrutura adequada para o ambiente industrial, como relata o empresário instalado no distrito industrial em Sousa: “o local onde estamos instalados não tem infraestrutura adequada, falta calçamento, esgotamento sanitário. Quando chove aqui fica uma vergonha”, afirmou o empresário do laticínio LUTTY.

No município vizinho, Cajazeiras, a situação não é diferente, como afirma o industrial do Sabão Ituano, “fui o primeiro a chegar aqui no distrito industrial de Cajazeiras, a infraestrutura é péssima, quando chove é um carro puxando o outro porque atola” (SABÃO ITUANO, 2013).

As dificuldades são relatadas também por industriários instalados no distrito industrial de João Pessoa, como aponta o gestor da SOS Oxigênio:

Nós não temos infraestrutura, falo de vias, iluminação, acessibilidade, temos um distrito onde as carretas têm dificuldade de entrar por conta das ruas estreitas, vias urbanas que não tem, por exemplo, placas sinalizando quais empreendimentos estão instalados ali. Temos uma boa localização, porém sem infraestrutura. (SOS OXIGÊNIO, 2013).

Os desafios de infraestrutura continuam em Itaporanga, único município do grupo estudado que não possui um distrito industrial administrado pela CINEP. Mesmo assim, as indústrias estão situadas umas próximas das outras em um loteamento que as identifica, pelo município, como região industrial. Nesse contexto, as dificuldades de infraestrutura para os empresários de Itaporanga que estariam diretamente ligadas à ação estadual é o fornecimento de energia elétrica para a indústria. “A gente entra com um processo de ampliação de energia, demora no mínimo seis meses, será que uma empresa pode esperar seis meses por uma ampliação de energia?” relata o empresário da MC Flanelas.

Ainda no contexto da infraestrutura dedicamos à questão da água um lugar de importância por nossa região estar inserida no contexto semiárido e que, periodicamente, tem sua economia impactada por conta dos ciclos de seca. Sendo assim, apresentamos adiante a percepção dos industriários sobre a oferta de água e suas implicações socioeconômicas.

Água

A questão da oferta de água se apresentou como um problema não só para aqueles que precisam de água para sua produção ou dos

que dependem do abastecimento público. Aqueles que dependem do fornecimento de água da Companhia de Águas da Paraíba (CAGEPA) se encontram em situação ainda mais complicada, devido ao período de estiagem, o qual a Paraíba e o Nordeste vêm enfrentando nos últimos três anos. Os empresários do sertão do estado estão preocupados com o futuro breve, caso não haja um novo ciclo de chuva, como frisa o proprietário do laticínio no município de Sousa:

Nós estamos preocupados com o problema da água. Precisamos de 20 mil litros de água por dia e dependemos apenas do abastecimento da CAGEPA. Para o consumo fora da indústria estamos procurando alternativas, cavando poço. Se não chover a coisa vai ficar complicada. (LUTTY, 2013).

Crise que se repete na indústria de produtos de limpeza QUASAR, no município de Patos, que além da irregularidade do abastecimento se sente prejudicada pela má qualidade da água devido ao período de estiagem. “A água sofre umas variações de qualidade muito grande nesse período, quanto mais o tempo vai ficando seco mais vai alterando a qualidade da água”, ressalta o empresário que tem a água como base de sua produção, por dia a indústria utiliza 60 mil litros de água apenas na produção. Para o problema da qualidade da água dos poços a empresa investiu em filtros, mesmo assim não conseguiu resolver o entrave.

Ainda nos caminhos do sertão, em Itaporanga, a indústria têxtil é abastecida pela água de açudes e poços, não depende do abastecimento público, mas nem por isso está a salvo. De acordo com o empresário da MC Flanelas, a sua indústria está limitada quanto ao crescimento devido ao restrito acesso à água: “hoje eu não aumento a minha produção por falta de água. O problema da gente é água. Ninguém pode forçar porque não sabe até quando vai essa situação de seca”, assegurou. Para a produção de suas 40 toneladas de flanelas mensais a indústria consome 6 milhões de litros de água.

Na mesma situação relatada está a DANTEX, que chegou a parar sua produção durante 12 dias aguardando a perfuração de poços. “Em 2012 chegamos a ficar 12 dias parados, por conta da água, até perfurar os poços, mas com essa seca doida aí o poço é provisório, acaba”.

Ultrapassando as fronteiras do sertão descobrimos que a escassez hídrica afeta as indústrias calçadistas de Campina Grande, indiretamente, devido ao impacto no seu mercado consumidor, como destaca a empresária da indústria de calçados Bebezinho, que mesmo não utilizando a água no seu processo produtivo, sofre com os impactos socioeconômicos desencadeados com o atual ciclo de seca.

Mas por que a seca lhe afeta se você não tem problema com água? Aí eu lhe digo, mas e o meu mercado? Quem me compra é o agricultor, e o agricultor precisa de quê? De água. Com essa seca não colheram, não plantaram nada, não colheram nada, estão sobrevivendo pela misericórdia de Deus. Os que recebem uma aposentadoria estão comprando comida, não vão deixar de comer para comprar um calçado. Aí atinge o setor de calçados, o comércio. Aí cadê o financiamento do Estado para esse período de crise? Não tem. (CALÇADOS BEBEZINHO, 2013).

Situação semelhante acontece com a indústria de calçados DONNA, que relata que o período de estiagem provocou queda no seu faturamento devido à baixa na procura de calçados, no período de janeiro a junho de 2013. “Muitas cidades que dependiam da agricultura economicamente estavam mais receosos em comprar, caíram as vendas de janeiro a junho e tivemos também redução de pessoal nesse período”, afirmou a administradora da DONNA.

Financiamentos, Incentivos Fiscais e legislações

Seis das 14 indústrias que participaram da entrevista estão inseridas no programa de incentivos fiscais do FAIN, mantido pelo Governo do Estado através da CINEP. As empresas beneficiadas avaliam positivamente a forma de incentivo através do empréstimo subsidiado do valor do ICMS destinado ao governo. De acordo com o empresário da SANTEX, que recebe incentivo tanto do Governo Federal, por meio da SUDENE, quanto do governo Estadual, o Governo Federal tem incentivado pouco, por isso para as indústrias a melhor opção hoje é o incentivo estadual. “O incentivo Federal hoje é muito

pequeno, o maior incentivo que se tem hoje é o estadual”, o FAIN destacou.

Entre os beneficiados existem também os que tiveram a aprovação do projeto, mas que ainda não usufruem o benefício, como é o caso da indústria LUTTY, que apesar de ter conseguido se beneficiar, ressalva que o processo para adquiri-lo é burocrático e seletivo aos interesses da classe política.

Se quisermos um incentivo temos que correr atrás da CINEP, arrumar um político para ver se as coisas andam. É preciso correr atrás com um pires na mão pedindo. Um desprezo total. Não é assim que se incentiva a indústria. (LUTTY, 2013).

Problemas que são mensurados também pelos representantes de Itaporanga, que garantem que estão impedidos de crescer pela falta de incentivos. Os entrevistados são categóricos ao afirmar que ou tem contrapartida do governo através de incentivos ou a indústria têxtil da região do Vale do Piancó irá estagnar. “Crescer só se for na ilegalidade”, é o que garante a empresária da ITATEX:

Incentivo não tem, é zero. Com o crescimento tem que mudar a tarifação de impostos. A situação tá começando a incomodar, chega a um ponto de estagnar. Como concorrer com as empresas ilegais? Ou tem algum tipo de incentivo ou para de crescer. Crescer só se for na ilegalidade e isso nós não queremos. (ITATEX, 2013).

Há também a realidade daqueles que já obtiveram incentivos do FAIN, mas como já foram beneficiados uma vez não tem como adquirir novo incentivo, a não ser que renove sua estrutura e aumente sua capacidade de produção e geração de empregos, como é o caso da Indústria de Doces Rio Verde. Essa indústria ressalta que não é possível fazer uma modernização e ampliação de sua produção devido aos altos custos com financiamento que, segundo ela, se torna um custo bastante elevado para o pequeno e médio empreendedor. “A carga tributária é muito alta, é muito dinheiro que o governo leva e na atual

situação só quem está sendo favorecido com incentivos são os grandes empresários que vem de fora”, lamentou.

Sobre financiamentos, alguns dos empresários entrevistados enfatizaram que a dificuldade de se conseguir financiamento para aquisição de máquinas e ampliação da produção não está na oferta do crédito, mas sim nas condições impostas para que esse crédito seja conseguido, ou você tem algo a oferecer como garantia ou não tem crédito, “tem que dar a garantia de: se não pagar, eles terem aquele bem para tomar”, é o que garante a empresária do ramo de calçados:

O Banco do Brasil, BNDES tem financiamento pra tudo que você imaginar, mas está aqui a máquina para financiar, você está com seu crédito, mas o que você tem para garantir? Se não tiver não compra a máquina. E se o meu desenvolvimento depender dessa máquina eu vou ficar parada. É uma fantasia dizer que ajuda. (CALÇADOS BEBEZINHO, 2013).

Ainda segundo a empresária, a situação descrita retrata o tipo de empreendedorismo aplicado no Estado. “Se eu estou começando como pequeno empreendedor, eu não tenho nada, como vou conseguir financiamento? O Governo peca nisso”, assegurou.

Já sobre questões envolvendo a legislação trabalhista apontada pela FIEP como um dos entraves para o crescimento da indústria, poucos entrevistados souberam ou quiseram opinar, no entanto, o relato do polo têxtil de Itaporanga chamou atenção pela forma como os empresários denunciaram o problema, para eles em Itaporanga está se formando um “cartel do seguro desemprego”.

O povo aqui de Itaporanga trabalha pelo seguro desemprego. A previdência hoje tá quebrada por quê? É muito bom trabalhar seis meses e folgar três recebendo seguro. E ainda tem empresário que emprega clandestinamente, para pagar menos de um salário, como uma grana extra no período em que se está recebendo o seguro. (ITATEX, 2013).

E no que diz respeito às legislações ambientais, a reclamação se deu não apenas pelos custos para obtenção dos registros, mas sim pela inércia dos órgãos responsáveis por fiscalizar e garantir a legalização da atividade industrial.

Como relata a QUASAR, fabricante de produtos de limpeza, a empresa gasta 10 mil reais anuais com renovação das licenças ambientais, além do custo considerado alto, ainda tem que enfrentar um processo burocrático e longo. “Fomos avaliados pela vigilância no mês 3 [março] e só agora [setembro] que recebemos a licença, e em dezembro já tem que renovar de novo, pagar de novo. Só com as renovações anuais é um custo de 10 mil reais”, destacou.

O grupo Elizabeth também relata a morosidade do processo que considera “um mal necessário”. Segundo o empresário, as licenças da fábrica de cimento demoraram um ano para serem liberadas. “Apresentamos um EIA/RIMA de cinco mil folhas, é muita burocracia. E tem que ser periodicamente renovada”, relatou. Para ele o problema maior está na falta de uma estrutura adequada à demanda:

Um exemplo, nós fomos à SUDEMA e eles exigiram um laudo do IPHAN, aí fomos procurar. Chegando lá, só com um mês é que teria alguém disponível. Funciona assim o processo. (GRUPO ELIZABETH, 2013).

Para o empresário da SOS Oxigênio, a demora no processo de licenciamento ocorre em consequência da falta de uma política que atenda às necessidades das indústrias. “Noventa dias esperando o órgão me dizer se o espaço era apto ou não para se implantar um determinado empreendimento na região, é fora de foco, é sem sentido e isso se deve à falta de uma política exclusiva para a indústria”. Ainda, segundo o gestor, é necessário agilidade quando se trata de legislações, licenciamentos ambientais, porque “quando se trata de iniciativa privada tempo é dinheiro”, finalizou.

Política Industrial

Quando questionados sobre o tema política industrial do estado, mesmo aqueles que estão inseridos na dinâmica de isenção do ICMS que o Estado caracteriza como política industrial, os empresários opinaram ressaltando que, caso houvesse uma política industrial, a

situação econômica da Paraíba estaria em outro patamar de desenvolvimento.

As falas apontam para a necessidade de uma maior presença dos gestores para caminharem juntos no trajeto da superação dos entraves discutidos ao longo do trabalho. Cada empresário conduz sua fala com um elemento que deveria contar na almejada política industrial, seja através da viabilização de estudos, como pontua o industrial do Sabão Ituano: “se o Estado viesse aqui em Cajazeiras e fizesse um estudo para saber o que gera emprego, mas fica aí batendo cabeça. Falta incentivo, falta política pública”. Para ele, o financiamento direto seria um bom caminho para a geração de emprego. “A gente vê notícias de que o BNDES deu 200 milhões para uma empresa. Se pagasse 20 milhões e trouxesse para uma cidade como essa estaria todo mundo empregado”, ressalta.

Para a SANTEX, “a Paraíba só tem uma solução, a industrialização” e o caminho está na redução dos impostos: “caso houvesse uma política industrial no Estado com redução de impostos era possível melhorar a questão salarial. Hoje temos uma carga tributária de quase 40%, não temos muito o que fazer”. Quanto à atração de grandes investimentos o empresário opina:

Falta uma política mais agressiva no sentido de atrair indústrias para o Estado. Citando um ex-governador da Paraíba, João Agripino: “a Paraíba só tem uma solução, a industrialização”. A agricultura na Paraíba é zero. Só temos uma solução, transformar. (SANTEX, 2013).

Comungando com o que já foi exposto, destaca-se a opinião de um empresário de João Pessoa, ele assegura que uma “política arrojada de industrialização”, mesmo que custasse a arrecadação zero de ICMS, ainda era vantagem para o Estado porque: “quando uma indústria chega além dos empregos diretos, ela traz a receita para fomentar o comércio, a região como um todo. Se o Estado tivesse uma política mais arrojada para atrair indústrias mudaria a realidade do lugar”, assegurou.

Finalizo a exposição do discurso empresarial com o pensamento da empresária do ramo calçadista de Campina Grande, ela acredita que “se o governo olhasse para a indústria com incentivo, nós iríamos revolucionar a Paraíba”. Para ela tudo é questão de política, mas falta visão dos representantes paraibanos que aparentam “estar

voltados para os seus próprios interesses” (CALÇADOS BEBEZINHO, 2013).

Considerações

Para o setor empresarial não houve dificuldades em mensurar os principais desafios que interferem diretamente no crescimento industrial. Entre os entraves mencionados foi possível categorizar, devido à maior incidência de registro, os seguintes pontos: restrita oferta de serviços voltados à indústria; recursos humanos com qualificação educacional limitada ou insuficiente; infraestrutura deficiente; falta de água e os impactos econômicos do período da seca; e por fim, dificuldade de conseguir incentivos e financiamentos, além do excesso de tributos.

Para os empresários, a restrita oferta de serviços de manutenção é reflexo do desafio da formação profissional para a indústria, a dificuldade de se encontrar profissionais capacitados foi mensurada como o principal desafio para o crescimento da indústria local. Situação essa que conflita com o discurso da FIEP, o qual destaca que um dos pontos diferenciais da Paraíba é a oferta crescente de vagas em cursos de qualificação profissional através do SENAI. Instituição que os empresários destacam como sendo fundamental para a formação de mão de obra para a indústria, mas apesar da vasta oferta de cursos, não tem conseguido atender às necessidades.

Outra questão conflitante diz respeito à água. Para os empresários a água é um problema não só para aqueles que precisam de água para sua produção, mas também para aqueles que dependem do abastecimento da Companhia de Águas da Paraíba. Para os segmentos que necessitam da água na produção, a escassez hídrica motivada pelos ciclos de seca na Região influencia tanto na oferta quanto nas variações de qualidade da água. Mesmo perfurando poços artesanais como estratégia de driblar a falta de água, há relatos de empresas que tiveram diminuição no quadro de funcionários e de que não podem aumentar a produção devido à insegurança hídrica atual. Entre as empresas que não utilizam água na produção, o entrave ganha características econômicas devido à diminuição do mercado consumidor.

Já quando o assunto é infraestrutura as reclamações apontam para o ambiente onde as empresas estão instaladas, os distritos industriais que são geridos pela CINEP, falta calçamento, esgotamento sanitário, iluminação adequada, sinalização e acessibilidade.

Apesar de 8 das 14 empresas pesquisadas receberem incentivos fiscais do Estado, os empresários frisaram a dificuldade de se inserir nos padrões exigidos para obtenção de incentivos fiscais junto à CINEP. Para eles, o processo é burocrático e seletivo aos interesses da classe política. Já o grupo que não possui incentivos fiscais alega que o peso da carga tributária está asfixiando. Na conjuntura atual ou tem incentivo ou irão estagnar. Para o pequeno empreendedor o desafio é conseguir financiamento.

Na visão da FIEP, as dificuldades para o crescimento industrial da Paraíba são semelhantes aos entraves dos demais estados brasileiros, que é o sistema tributário, devido à prática de incentivo fiscal através do uso do ICMS, à legislação ambiental que limita a exploração do extrativismo mineral e vegetal e à legislação trabalhista, causadora de tensões nas questões relativas ao trabalho.

Já com relação às possíveis características desta política industrial os atores divergem. A FIEP defende que para avançar é preciso acabar com a Guerra Fiscal e conduzir o crescimento a partir de uma política que favoreça a micro e pequena empresa. O foco estaria no empreendedor que já está instalado na Paraíba. Para os empresários é preciso uma “política arrojada de industrialização” que amenize o peso da carga tributária, mesmo que isso custe ao estado uma arrecadação zero do ICMS. Entrariam também nesta política, qualificação profissional e garantia de crédito, principalmente para o pequeno empreendedor.

Quando propusemos discutir os dilemas e problemas da indústria na Paraíba, a partir das percepções dos diferentes atores desse processo, tínhamos em mente que trabalharíamos com uma pluralidade de ideias que em momentos pertinentes se aproximavam do consenso e em outro momento iriam divergir sobre o cenário industrial paraibano. Tínhamos essa ressalva em mente, devido ao próprio entendimento do conceito de percepção fazer referência à singularidade com que cada indivíduo percebe, reage e responde diferentemente às ações sobre o ambiente em que vive. Desta forma, um estudo que partir da percepção de distintos atores terá como respostas ou manifestações percepções (individuais e coletivas) decorrentes de expectativas, anseios, satisfações e insatisfações, julgamentos e condutas dos envolvidos. E assim se materializou nesta primeira parte da pesquisa que continua buscando, neste momento, a percepção de dois outros atores muito importantes para este processo: os trabalhadores e o governo.

Enquanto gestores vislumbram, projetam uma realidade industrial que ainda não se materializou, empresários retratam

dificuldades arcaicas que se tornam urgentes justamente pelo fato de já serem visíveis, a eles, a um longo tempo. Entraves que são visíveis também para acadêmicos (POLARI, 2010; CAVALCANTI, 2011), que como apresentado na exposição do perfil socioeconômico na segunda seção desta pesquisa, apontavam que a causa da involução econômica da economia paraibana estava relacionada a problemas com recursos humanos com qualificação educacional limitada ou insuficiente, restrita oferta de serviços voltados à indústria, infraestrutura deficiente, por exemplo. E assim como os empresários paraibanos, alertam que a causa principal disso está na ausência de uma política industrial.

Para a indústria falta água, energia, financiamento, profissional com capacitação e principalmente, a presença de um Estado promotor de políticas de desenvolvimento local/regional. A história nos conta que a Paraíba e o Nordeste saíram fortalecidos quando o Estado passou a atuar por meio da política planejada de desenvolvimento. A política da SUDENE inseriu o Nordeste, e a Paraíba, na economia nacional, pois o setor industrial da Paraíba foi um dos mais beneficiados com a política industrial da SUDENE, devido ao número de projetos aprovado (SILVA, 2012), fato que ressalta a importância da indústria como estratégia para o crescimento da economia paraibana, e serve para dar subsídio à retórica de que o desenvolvimento econômico é possível quando se tem planejamento e vontade política.

Referências

ARAÚJO, M. Geovania da Silva. **Desenvolvimento local: os impactos socioeconômicos e urbanos provocados pelo crescimento da indústria têxtil no município de Itaporanga-PB**. Dissertação Mestrado em Desenvolvimento Regional, Universidade Estadual da Paraíba. Campina Grande, 2012.

BRASIL, Patrick Morais. **Política de Incentivos Governamentais da Paraíba: implicações sobre o desenvolvimento industrial e geração de empregos (1988-2003)**. 2005. Dissertação (mestrado em economia) Curso de Mestrado em Economia, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2005.

CAVALCANTI FILHO, Paulo Fernando M. B. et al. Os Grandes Projetos Federais na economia paraibana e a necessidade de um novo modelo de desenvolvimento. In: APOLINÁRIO, Valdênia; SILVA, Maria Luissieu da. (Org.). **Impacto dos Grandes Projetos Federais sobre os Estado do Nordeste**. Natal: Editora UFRN, 2011.

CINEP. Companhia de Desenvolvimento da Paraíba. **Polos industriais**. Disponível em <<http://www.cinep.pb.gov.br>>. Acesso em: ago. 2013.

FIEP-PB. **Perfil Socioeconômico da Paraíba 2010 - Fluxos de comércio da Paraíba 2010**./Federação das Indústrias do Estado da Paraíba; Serviço Brasileiro de Apoio às Micros e pequenas Empresas (SEBRAE). Campina Grande: FIEP/PB, 2010.

_____. **Cadastro Industrial**. Campina Grande: FIEP/PB, 2011. Disponível em: <<http://www.fiepb.com.br/industria/>>. Acesso em: set. 2013.

GAREIS, Maria da Guia Santos. **Industrialização no Nordeste 1880-1920**. Editora Notrya, 1994.

IBGE. **Censo Demográfico 2010**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: set. 2013.

POLARI, Rômulo Soares. **A Paraíba que Podemos ser: da crítica à ação contra o atraso**. João Pessoa: Editora UFPB, 2012.

PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento). **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013**. Disponível em: <http://www.pnud.org.br/IDH/Atlas2013.aspx?indiceAccordion=1&li=li_Atlas2013>. Acesso em: set. de 2013.

SILVA, Leonardo Alves da. **A industrialização incentivada do nordeste e o caso de Campina Grande**. Dissertação Mestrado em Desenvolvimento Regional, Universidade Estadual da Paraíba. Campina Grande, 2012.